

Benefícios na gestão das pequenas e médias empresas no Brasil por meio da adoção do IFRS PME

Benefits in the management of small and medium-sized companies in Brazil through the adoption of IFRS PME

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a percepção dos benefícios gerenciais, por parte dos profissionais da contabilidade e dos gestores das PME, advindos da elaboração e da utilização dos relatórios contábeis como ferramenta de apoio no processo decisório. A pesquisa foi desenvolvida através de um *survey*, junto a 106 profissionais da contabilidade participantes de treinamentos técnicos em IFRS-PME realizados pelo CRCSP, em janeiro de 2019, e também por observações participativas de implementação das normas IFRS-PME em duas PME. Pode-se concluir que há uma percepção positiva dos gestores e profissionais da contabilidade sobre os benefícios da implementação e utilização das demonstrações contábeis elaboradas no padrão IFRS PME, por aqueles gestores e contadores que conseguem evoluir na busca por melhorias nos processos internos de sua elaboração. Quando esses gestores não ampliam suas capacidades em compreender os propósitos e alcances advindos da implementação do IFRS PME, quer por sua falta de tempo ou pela não compreensão de sua utilidade, quer por resistência a mudanças e/ou investimentos em processos, sistemas e estrutura, ou seja, a relação custo x benefício desse processo, a implementação não ocorre, impedindo assim a obtenção dos benefícios esperados.

Palavras-chave: Processo Gestão, IFRS-PME, Relatórios Contábeis-Gerenciais.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the perception of management benefits, by accounting professionals and SME managers, arising from the preparation and use of accounting reports as a support tool in the decision-making process. The research was developed through a survey, with 106 accounting professionals participating in technical training in IFRS-SME conducted by CRCSP, in January 2019, and also through participatory observations of the implementation of IFRS-SME standards in two SMEs. It can be concluded that there is a positive perception by managers and accounting professionals about the benefits of implementing and using the financial statements prepared in the IFRS PME standard, by those managers and accountants who manage to evolve in the search for improvements in the internal processes of their preparation. When these managers do not expand their capacities to understand the purposes and scope arising from the implementation of the IFRS SME, either due to their lack of time or the lack of understanding of its usefulness, or due to resistance to changes and / or investments in processes, systems and structure, that is, the cost-benefit ratio of this process, the implementation does not occur, thus preventing the achievement of the expected benefits.

Keywords: Management Process, IFRS-PME, Accounting-Management Reports.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente artigo tem por objetivo avaliar efeitos da implementação das normas do IFRS PME no processo de gestão em pequenas e médias empresas no Brasil. Em vigor desde 01/01/2010, a norma brasileira de contabilidade NBC TG 1000 (CPC PME), introduziu os requerimentos de contabilidade alinhados à norma internacional correspondente *IFRS for SMEs* editadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* em 2005. Em 01/11/2016, o CPC PME sofreu a sua primeira revisão, através da NBC TG 1000(R1), cujas alterações passaram a ser requeridas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, a partir de 01/01/2017. Como linguagem universal de negócios, a contabilidade tem como uma de suas premissas, que as informações geradas por ela sejam úteis e tragam benefícios no processo de planejamento e controle das empresas no Brasil, incluindo as PME (Gelbcke, Santos, Iudícibus & Martins, 2018 pp. 33-34).

Pode-se considerar que a principal mudança advinda da adoção do CPC ME comparativamente à forma como era anteriormente feita, é que a Contabilidade passou a ficar focada em retratar, de forma mais acurada, a essência dos eventos econômicos que ela comunica, e menos limitada por regras e normas, o que é comumente descrito como a mudança do foco para a essência ao invés da forma, tornando a elaboração da informação contábil mais subjetiva e mais dependente do julgamento do contador (Gelbcke et all, 2018).

Para que benefícios possa ser obtidos por meio da utilização das informações contábeis, devem ser considerados não somente os aspectos referentes à capacitação dos usuários, mas também, os aspectos culturais de gestão das PME (via de regra centrada na pessoa do proprietário-administrador), de conduta técnica dos profissionais da contabilidade (tendência à simplificação do trabalho contábil mediante escrituração do livro-caixa apenas) adequando o tipo de informação ao porte das organizações, notadamente quando se trata dos pequenos e médios empresários, que em número representam cerca de 99% das entidades existentes no Brasil (SEBRAE, 2019)

O CFC (CFC, 2019) declarou que em 31/12/2019 existiam 518.577 profissionais da contabilidade com registros ativos, e isso representa um grande desafio pelo fato de que esses profissionais precisam ser engajados nesse processo de mudança que envolve a utilização de novos conceitos advindos do CPC PME para a elaboração de informação contábil, e que os empresários sejam capacitados no uso dessa informação. A visão de que a contabilidade representa uma ferramenta importante no processo de gestão e tomada de decisão implica que empresários (inclusive pequenos e médios), saibam entender as próprias demonstrações contábeis, assim como os demais “stakeholders” (clientes, fornecedores, potenciais investidores, etc.) (Pacheco & Marques, 2012). De outro lado, a confiança a respeito da utilização de normas contábeis é de fundamental importância no mundo dos negócios, pois ajuda na facilitação das operações e em diversas dimensões decorrentes da otimização do desempenho, inclusive na redução do custo do capital, entre outras.(Gelbcke et al, 2018 p. vi).

Com base nos argumentos anteriormente apresentados, nesta pesquisa partiu-se do pressuposto que conhecer elementos que contribuam com a compreensão acerca dos fatores que contribuem com a melhoria da qualidade na elaboração da informação contábil para as PME, assim como seu uso pelos empresários, pode contribuir para o aprimoramento do processo de gestão das PME. As questões de pesquisa apresentadas nortearão os passos desta investigação, a saber:

Q1: Quais são as percepções por parte dos gestores de PME e dos profissionais da contabilidade, associadas aos benefícios sobre o processo de gestão, decorrentes da adoção das normas IFRS PME no Brasil?

Q2: Como a materialização desses benefícios é percebida no dia a dia dos gestores e dos profissionais da contabilidade, que atuam com as PME?

Para a realização da pesquisa empírica foram utilizadas informações advindas de levantamentos realizados junto a 106 Contadores em processos de qualificação em cursos do CRC-SP, e pela observação participativa no processo de implantação dos requisitos do CPC-ME em duas organizações (uma em SP e outra em MG). As evidências identificadas foram confrontadas e foi possível concluir acerca dos benefícios gerados na utilização desse padrão.

Este artigo está estruturado em cinco capítulos, sendo este a introdução, onde são apresentados elementos da contextualização, questões de pesquisa, e justificativa, o segundo com a revisão de literatura ligada ao tema e pesquisa, o terceiro com os procedimentos metodológicos utilizados, o quarto onde são apresentados os resultados encontrados, e por fim no quinto capítulo as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Contexto das Normas IFRS no Brasil

As normas contábeis brasileiras estão fundamentadas pela legislação societária (Lei 6.404/1976 modificada pela Lei 11.638/2007) e pelas NBC-Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas do CFC-Conselho Federal de Contabilidade mediante Resoluções Técnicas respaldadas pela Lei 12.249/2010. A harmonização das NBC-Normas Brasileiras de Contabilidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) iniciou-se em 2008, para as empresas listadas e de grande porte, através da Lei 11.638/2007. Tais normas contábeis estão baseadas em pareceres técnicos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), inicialmente editados até 2007 (CPCs de 1 a 46), e mais recentemente revisados e estendidos pelos CPC 47, 48 e 49, até 2018. Segundo Pacheco e Marques (2012), o IFRS representa uma nova metodologia que traz como inovação mais importante, a filosofia da aplicação do princípio da primazia da essência sobre a forma. E isso serve para todas as empresas, sem discriminação de tamanho.

Passados dois anos da edição da Lei 11.638/2007 (Full IFRS), as normas do IFRS foram estendidas, também, para as empresas de pequeno e médio portes, a saber, o IFRS PME (NBC TG1000/2009), vigente a partir de 2010, complementadas pela Interpretação Técnica ITG 1000/2012 (Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e Orientação Técnica Geral OTG 1000/2013, que tratou da Adoção Plena da NBC TG1000. Estas normatizações envolvendo as PME ainda foram atualizadas mediante a primeira revisão do IFRS PME, a NBC TG 1000(R1) / 2016, vigente a partir de 2017. Segundo Pacheco e Marques (2012), o Pronunciamento Técnico PME traz características qualitativas de informação em demonstrações contábeis, inerentes à governança corporativa, que proporcionarão clareza e qualidade às informações contábeis com um padrão de transparência de alto nível. Desde 2010, impõe-se o desafio de adoção inicial pelas empresas do IFRS PME, com demonstrações contábeis mais estruturadas, decorrentes da maior sofisticação e complexidade nos processos de identificação, mensuração, registro e divulgação apropriada, das transações econômico-financeiras e de seus ajustes.

Características das PME

Segundo Pacheco e Marques (2012, p. 4), as pequenas e médias empresas têm uma participação muito grande no cenário econômico brasileiro, e representam um instrumento importante para a exploração do mercado cada vez mais globalizado e competitivo, que influencia diretamente na produção de riqueza e na geração de empregos, e que sofre cada vez mais pressão em face da concorrência internacional.

O conceito e enquadramento como PME não é algo simples, depende não só de características quantitativas, mas também de aspectos qualitativos como de estilo de gestão, influência do proprietário, relacionamento com partes interessadas, entre outras. Krol, F. (2007), cita que “Uma definição de PME apenas em termos de aspectos quantitativos parece ser problemática, uma vez que estes critérios mudarão ao longo do tempo e, também, as diferenças específicas do setor devem ser levadas em conta” (Legenhausen, 1998, p. 20). Os critérios quantitativos, de acordo com Wolter e Hauser (2001, p. 30), “podem ser vistos principalmente como meios para assegurar a verificabilidade das PME e têm de ser complementados por novos fatores qualitativos para entender os aspectos relevantes da gestão corporativa nas PME”.

Quando se trata de enquadramento de PME para fins de aplicação de normas técnicas, como é o caso da contabilidade, utilizam-se aspectos quantitativos como o número de empregados ou faturamento anual, como, por exemplo, na Alemanha, sendo o teto de 499 colaboradores e faturamento de até 50 milhões de euros por ano (SME – Research Bonn, Alemanha - IFM Bonn 2004, p.3). No Brasil, a Lei 11.638/2007 que introduziu o IFRS no país, e a Lei Complementar No. 155/2016 (Receita Federal do Brasil) preveem limites de receita anual como critério de classificação de porte empresarial. Na Tabela 1, são apresentadas essas classificações e enquadramentos, segundo as NBC e IFRS.

Tabela 1: Enquadramento do porte das empresas segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade

Receita Anual em R\$ mil	ME – Micro Empresa	EPP – Empresa de Pequeno Porte	PME – Pequena e Média Empresa	EGP – Empresa de Grande Porte
até 360	XXX			
360 a 4.800		XXX		
4.800 a 300.000			XXX	
Acima 300.000				XXX
Norma Brasileira Contabilidade/IFRS	ITG 1000/12	ITG 1000/12	NBC TG 1000(R1)/16	Lei 11.638/07

O IFRS PME – Características Principais

Particularmente, em relação às pequenas e médias empresas, o CFC editou norma específica de IFRS PME (ou CPC PME) através da NBC TG1000/2009, posteriormente revisada pela norma NBC TG1000(R1)/2016. Esta norma, em sua Seção 1, tópico 1.2, estabelece que pequenas e médias empresas são entidades que:

- (a) Não têm obrigação pública de prestação de contas e
- (b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Ou seja, não estão obrigadas a divulgarem publicamente suas demonstrações contábeis como as empresas de grande porte (sociedades anônimas listadas em bolsa e as demais com

faturamento anual superior a R\$ 300 milhões), além daquelas entidades sob controle de agências reguladoras, sendo essas demonstrações (das PME) destinadas basicamente aos proprietários não envolvidos na administração, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito, segundo a norma.

Pacheco e Marques (2012, p. 7) afirmam que ainda que as pequenas e médias empresas não tenham obrigação pública de prestação de contas, o CPC/PME poderá passar a ser visto então como um incremento à estratégia de gestão da entidade, oferecendo informações de melhor qualidade que auxiliarão nas tomadas de decisões e contribuirão na obtenção de melhores condições nas concessões de crédito.

A norma brasileira do IFRS PME estabelece, desde a sua versão original em 2009, na Seção 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, tópico 3.17, o conjunto completo das demonstrações contábeis da entidade (PME), que deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) Balanço patrimonial ao final do período;
- (b) Demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) Demonstração do resultado abrangente do período de divulgação;
- (d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) Demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação e
- (f) Notas explicativas compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Note-se que são 6 (seis) peças contábeis mínimas, algo bem diferente das práticas anteriores, que se restringiam ao balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, ressaltando-se ainda que, segundo esta norma, em sua Seção 2 - Conceitos e Princípios Gerais, tais demonstrações contábeis deverão ser elaboradas observando-se, obrigatoriamente, dez características qualitativas, quais sejam: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integridade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, o que proporcionará clareza e qualidade da informação, e denotará o elevado nível de transparência contábil da entidade (Pacheco e Marques, 2012).

A base conceitual e técnica do IFRS PME no Brasil teve sua origem na correspondente norma internacional *IFRS for SME*, cujas características principais são:

A Norma IFRS para PMEs é uma norma simplificada (aproximadamente 250 páginas) adaptada para pequenas e médias empresas. Centra-se nas necessidades de informação dos bancos, credores e outros usuários das demonstrações financeiras das PME, interessados principalmente em informação sobre fluxos de caixa, liquidez e solvência. E leva em conta os custos para as PME e a capacidade das PME para preparar informações financeiras. O padrão IFRS para PMEs reflete cinco tipos de simplificações das Normas IFRS completas: (1) alguns tópicos das Normas IFRS completas são omitidos porque não são relevantes para as PME típicas; (2) algumas opções de política contábil nas Normas Completas IFRS não são permitidas porque um método mais simplificado está disponível para as PMEs; (3) muitos dos princípios de reconhecimento e mensuração que estão na norma completa do IFRS foram simplificados; (4) substancialmente menos divulgações são necessárias; e (5) o texto das Normas IFRS completas foi reformulado em "inglês simples" para facilitar a compreensão e a tradução. (<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-for-smes/>).

A contabilidade nas PME

Apesar do nível de complexidade operacional de uma PME ser menor quando comparado com o de uma empresa de grande porte, em nenhum momento a sua contabilidade pode ser considerada menos importante para empresas desse porte. De outro lado, a prática empresarial com base em um modelo de gestão informal e centrado na pessoa do proprietário, tem sido identificado por meio de pesquisas, que a contabilidade não é percebida como algo de valor agregado em sua estratégia, exceto pela relevância na apuração dos impostos (Moreira, Encarnação, Bispo, Colauto & Angoti, 2013). Com isso, não é raro observar um relacionamento distante entre o profissional da contabilidade e o seu patrão ou cliente.

Quase em sua totalidade, para esse porte de empresas, a contabilidade é terceirizada, e dentro dos propósitos da contratação o principal foco é o do atendimento às obrigações legais e acessórias, não enfatizando seu papel de ser uma ferramenta para o suporte à gestão e ao processo de tomada de decisão. Clientes e profissionais e/ou escritórios de contabilidade contratados neste contexto, potencializam, em muito, o descrédito e o desinteresse pelo trabalho realizado, circunscrito ao mínimo necessário, tanto de resultados como de honorários profissionais (Moreira et al, 2013).

Esse contexto ainda é mais agravado uma vez que é observada a resistência dos profissionais de Contabilidade na adoção dos CPC PME (Caríssimo & Pinheiro, 2012), o que significa mais uma dificuldade profissional no sentido da elaboração e divulgação da informação contábil em padrões internacionais (Pacheco & Marques, 2012).

Lucena, Fernandes e Silva (2011) corroboram com as reflexões anteriores ao afirmarem que a essência do processo contábil é a comunicação das informações com implicações financeiras ou de gestão para os mais variados usuários da Contabilidade, o que parece não estar sendo efetivamente percebido pelos profissionais da Contabilidade.

Diante desse contexto, apresenta-se a primeira proposição desta pesquisa:

P1: a apresentação das demonstrações contábeis no padrão IFRS PME, mediada pela proximidade do profissional da contabilidade com o negócio e com gestor-proprietário, possibilitam interpretações mais acuradas do resultado e medidas de correção de rumos e de planejamento empresarial.

Atributos e Competências desejáveis para os contadores que atuam nas PME

Segundo dados do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, o Brasil mantinha cerca de 518.577 profissionais da contabilidade com seus registros ativos, e um total de 70.004 escritórios contábeis em todo o país, em 31/12/2019 (<http://www.crcsp.org.br/transparencia/>). Um contingente considerável de profissionais, principalmente quando se pretende uma significativa mudança no padrão de preparação de demonstrações contábeis ao nível internacional, como é o IFRS.

Dentre os deveres profissionais requeridos pelo CFC dos profissionais da contabilidade, conforme o Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01), destacam-se:

- (1) Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica observando as normas brasileiras de contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, o interesse dos seus clientes ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- (2) Despender os esforços necessários e se munir de documentos e informações, para inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
- (3) Cumprir os Programas de Educação Profissional Continuada (PEPC) de acordo com o estabelecido pelo CFC NBC PG 12(R3)/2017 (atualizada pela NBC 02/2018).

A pesquisa realizada por Cavalheiro, Huppes e Kremer (2017) evidenciou que a participação em cursos de capacitação profissional não pode ser considerada como único fator para a falta de aplicação do CPC PME, visto que apesar da maioria ter relatado que já participou de cursos, isso não é refletido pelos índices de aplicação do referido Pronunciamento. Nota-se, portanto, que o requerimento de qualificação do profissional da contabilidade e das demonstrações contábeis a serem por ele elaboradas, alinha-se à norma de educação profissional continuada (NBC PG 12(R3)/2017), permitindo-se estabelecer a segunda proposição deste pesquisa:

P2: a qualificação técnica e domínio das normas do IFRS PME, pelos profissionais da contabilidade, passam pela educação profissional continuada e medeiam o processo de preparação de demonstrações contábeis qualificadas.

Decisões e planejamento nas PME

A ideia de que os relatórios possam afetar o comportamento não é nova, nem é exclusiva da Gestão e da Contabilidade (Siegel & Ramanauskas-Marconi, 1989, citado por Lucena, Fernandes & Silva, 2011). O pensamento que suporta essa ideia é que, quanto mais e melhores informações são disponibilizadas, e de forma tempestiva, mais qualificadas serão as decisões delas decorrentes. E isso implica, no caso do IFRS PME e gestão das PME, numa inevitável aproximação entre o profissional da contabilidade, com suas informações, e os gestores-proprietários das PME, com mentalidade de empresários e não de meros donos de empresa.

Dessa forma, presume-se que a qualificação das demonstrações contábeis e, supostamente, sua influência nas decisões de gestão e planejamento, a serem tomadas pelos gestores das PME, caracteriza a utilidade da informação contábil, e possibilita, então, apresentar a terceira proposição desta pesquisa:

P3: a adoção das normas do IFRS PME qualifica as informações contábeis, gerando benefícios e utilidade das demonstrações contábeis para o processo de gestão e tomada de decisão pelos micros, pequenos e médios empresários brasileiros.

Modelo teórico da pesquisa

Como síntese da revisão da literatura realizada, associada às questões de pesquisa e das proposições já formuladas, apresenta-se, na Figura 1, o modelo teórico desta pesquisa.

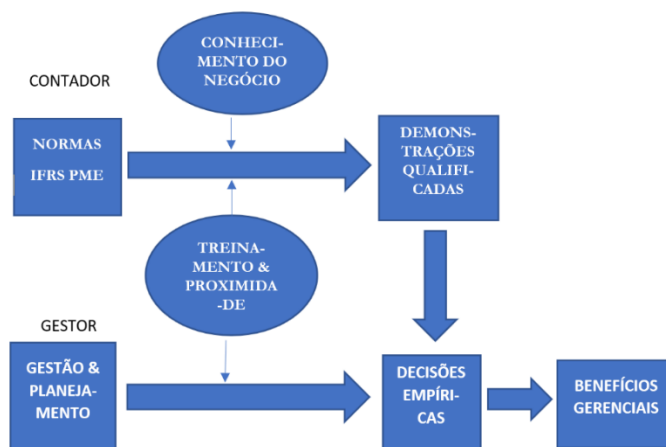


Figura 1: Modelo teórico da pesquisa

O modelo teórico ora apresentado tem como ponto de partida dois atores interagindo nos processos de qualificação das informações e das decisões qualificadas: o contador e o gestor. O primeiro processo evidenciado pelo modelo indica a influência do contador na

elaboração de demonstrações financeiras qualificadas e, para isso, tanto melhores resultados seriam obtidos quanto maior fosse seu treinamento (em normas IFRS PME), e seu conhecimento e proximidade do negócio. O segundo evidencia que o gestor (normalmente o próprio empresário da PME) tomará melhores decisões práticas quando estiver mais próximo do contador, dele recebendo demonstrações financeiras qualificadas, além de treinamento sobre a compreensão dos números e suas sinalizações. A somatória dos dois processos levaria à obtenção e percepção de benefícios decorrentes de decisões empíricas na gestão.

METODOLOGIA

Essa pesquisa valeu-se primeiramente da revisão bibliográfica para a construção do modelo teórico e o estabelecimento de proposições que tem por objetivo responder às questões de pesquisa.

A abordagem empírica contou com duas abordagens: a realização de um *survey*, com base em uma amostra por conveniência obtida de profissionais que participaram de treinamentos de capacitação em IFRS PME realizado pelo CRC-SP, em janeiro de 2019, nas cidades de Indaiatuba-SP, Sorocaba-SP e Osasco-SP, para 180 profissionais da contabilidade sob o tema “IFRS PME - Demonstrações Contábeis Incluindo Notas Explicativas”. Ao final do treinamento foram respondidos questionários por 106 (59%) contadores. Tais dados foram compilados e analisados e permitem refletir sobre as implicações do processo de treinamento continuado (capacitação) e suas consequências na elaboração de demonstrações contábeis qualificadas em apoio ao processo de gestão e tomada de decisão.

Também foram utilizadas informações advindas da observação participativa (por um dos pesquisadores deste artigo) em duas organizações (PME) onde foram implementadas as normas IFRS PME, sendo uma localizada na cidade de São Paulo - SP e outra em Camanducaia-MG, ambas na região sudeste do Brasil. Tais relatos objetivaram avaliar se a utilização de demonstrações contábeis qualificadas contribuem como forma de apoio ao processo de gestão e tomada de decisões reais do dia a dia das organizações, além de identificar a percepção dos benefícios gerenciais percebidos decorrentes deste processo.

As evidências obtidas pelas duas estratégias de pesquisa foram cruzadas a fim de verificar o atendimento, ou não, das proposições apresentadas e consequentemente responder às questões de pesquisa.

RESULTADOS

Resultados do *Survey*

Os dados foram obtidos por meio de questionários realizados ao final de três seminários realizados pelo CRCSP sob o tema “**IFRS/PME – Demonstrações Contábeis Incluindo Notas Explicativas**”, no mês de janeiro de 2019, nas cidades de Indaiatuba (15/01/2019), Sorocaba (17/01/2019) e Osasco (22/01/2019). A amostra da pesquisa abrangeu 180 profissionais da contabilidade, que atenderam ao treinamento, sendo que 106 participantes (59%) responderam aos questionários de avaliação.

Os questionários aplicados e respondidos pelos profissionais da contabilidade, para avaliação dos treinamentos ministrados pelo CRCSP, denominados internamente como “Avaliação de Eventos v. 18”, são disponibilizados, mediante acesso ao website do CRCSP, cujo preenchimento é requerido para emissão dos respectivos Certificados de Participação no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), pelos profissionais.

De um total de 8 (oito) perguntas constantes do formulário de avaliação foram selecionadas somente 4 (quatro) uma vez que são as que estão relacionadas com os propósitos desta pesquisa, a saber:

3 – Quanto ao tema, há possibilidade de aplicação no seu trabalho?

4 – Qual o seu nível de conhecimento acerca do assunto?

6 – Qual o tipo de empresa que você trabalha?

7 – Pensando em seu desenvolvimento profissional, indique 3 temas para as próximas atividades.

São apresentadas as Tabelas 2, 3 e 4, o sumário das respostas para cada uma das perguntas acima apresentadas.

Na Tabela 2 apresenta-se o sumário das respostas obtidas para as perguntas 3 e 4.

Tabela 2: Aplicabilidade e conhecimento sobre o tema

Pergunta nº	Respostas/Notas	Indaiatuba	Sorocaba	Osasco	Total	%
		15/01/2019	17/01/2019	22/01/2019		
3	Data =>	15/01/2019	17/01/2019	22/01/2019		
	Sim	22	42	41	105	99%
	Não	1	0	0	1	1%
4	Básico	6	9	6	21	20%
	Intermediário	14	20	20	54	51%
	Avançado	3	13	15	31	29%

Quase a totalidade dos profissionais (99%) afirmaram positivamente quanto à sua percepção da possibilidade de aplicação e utilização do IFRS – PME em suas atividades e que, cerca de 80% deles, já estariam nos estágios avançado (29%) ou intermediário (51%) de conhecimento sobre o tema. Interessante notar que havia um grupo de 20% entre os participantes em um nível básico de conhecimento, buscando contato inicial com a norma, para futura utilização. Salienta-se, entretanto, que a pesquisa foi realizada com profissionais da Contabilidade que estão em processo continuado de capacitação.

A composição de participantes por origem de atividade profissional (Tabela 3) evidencia que eles são contadores de empresas PME. Nesse quesito, pode-se inferir que cerca de 72% dos contadores estavam diretamente envolvidos com a execução da contabilidade em PME, enquanto 9% (empresas de auditoria) teriam participação indireta no exame dessas demonstrações contábeis. Para os restantes 19% não há identificação explícita de área de atuação profissional.

Tabela 3 - Tipo de empresa em que o contador trabalha

Pergunta nº	Respostas/Notas	Indaiatuba	Sorocaba	Osasco	Total	%
6	Ind/Com/Servs	9	17	8	34	32%
	Organizações Contábeis	11	13	10	34	32%
	Empresas de Auditoria	0	4	6	10	9%
	Profissionais Autônomos	2	3	3	8	8%
	Outros	1	5	14	20	19%

Na Tabela 4 estão apresentados os principais resultados da pergunta 7 do questionário do CRCSP (*survey*) que corresponde ao interesse dos profissionais da contabilidade em treinamentos complementares futuros, numa lista de opções previamente sugerida pelo CRCSP,

onde poderiam ser marcadas até 3 opções por cada respondente. Selecionou-se, dessa lista, os principais temas demandados, utilizando-se como critério de corte uma demanda individual igual ou superior a 5% (cinco por cento).

Tabela 4: Temas para desenvolvimento profissional

Pergunta nº	Respostas/Notas	Indaiatuba	Sorocaba	Osasco	Total	%
		15/01/2019	17/01/2019	22/01/2019		
7	Ativo Imobilizado	6	10	5	21	7%
(*)	Ativos/Passivos Contingentes	3	5	10	18	6%
	Auditorias/Perícias	7	8	13	28	9%
	Carreira/Pessoas/Gestão	3	8	5	16	5%
	Contabilidade de Custos	3	9	8	20	7%
	Demonstrações Contábeis	4	6	7	17	6%
	Escrituração Contábil/Digital	4	7	11	22	7%
	Estoques	5	7	3	15	5%
	Instrumentos Financeiros	10	6	3	19	6%
	Planejamento Estratégico/Tributário	6	7	14	27	9%
	Receitas	5	15	7	27	9%

Nota: (*) Permitiu-se escolha de até 3 atividades por participante. $106 \times 3 = 318$ escolhas. $\% = \text{Total} / 318$

Como demonstrado na Tabela 4, existe uma demanda diversificada por treinamentos futuros pelos contadores que responderam aos questionários. Observa-se, entretanto que nenhum tema específico apresentou grande interesse comparado aos demais. Destaca-se, ainda, que boa parte das respostas estariam ligadas à temas recentemente revisados pelas normas internacionais, como o IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e NBC TG 1000/R1 (IFRS PME). Salutar, portanto, essa diversidade de interesses pelos temas, tanto de questões técnicas quanto gerenciais e de gestão, como seria o caso de Planejamento Estratégico/Tributário e de Carreira/Pessoas/Gestão.

Os dados observados na Tabela 4 podem ser explicados pela maior demanda informacional advindas das PME e do contexto no qual seus contadores estão inseridos. Conforme Pacheco e Marques confirmam, o contador da pequena e média empresa deveria, a partir de agora, estar atento às mudanças que influenciarão a vida da entidade e seus balanços. Os autores asseveram que o momento atual é de evolução conjunta de PME e de contadores de PME. Não há como aceitar um descompasso agora. As entidades devem adotar as normas, assim como seus contadores devem se qualificar e mostrarem-se preparados para o exercício dessa nova perspectiva contábil.

Observação Participativa

A seguir são apresentados dois casos de implantação de IFRS PME. O primeiro em uma empresa de vendas de peças automotivas, com foco em rodas automotivas, e o segundo em uma empresa ligada ao ramo de metalurgia.

Relato de caso Rodas Automotivas

A empresa sob análise foi constituída em 28/11/2002. Localizada no município de São Paulo (SP) e com receita anual em torno de R\$ 52 milhões em 2016, possuía 22 empregados, 2

gestores diretos e um CEO (proprietário-administrador). O processo de implantação do IFRS PME foi iniciado em março de 2016 e finalizado em novembro de 2016.

A implementação do IFRS PME deu-se por intermédio de um profissional da contabilidade terceirizada, que assessorou a empresa em questão, quanto à forma, importância e implementação das normas de contabilidade internacional.

O CEO da empresa, nas entrevistas iniciais relatou sua percepção inicial a respeito da importância desta implementação, tendo em vista a possibilidade de obter relatórios contábeis e gerenciais de conteúdos mais abrangentes. Manifestou ainda sua percepção de que tais relatórios implicariam em rever conceitos, e que estava acostumado a se valer deles, no processo de aprimorar seu entendimento sobre qualidade das informações, sobre desempenho, e, conseqüentemente, sobre a gestão de sua empresa.

A implantação iniciou-se com comunicação por parte do CEO aos gerentes e diretores sobre o processo de implementação das normas IFRS PME e seus benefícios, transição nos processos internos e mudanças nos paradigmas contábeis e de análise da performance contábil-financeira-patrimonial, objetivando a melhoria da credibilidade e transparência dessas informações, em uma abordagem objetiva e simples, apoiada no modelo de negócios existente. Neste processo foram realizadas, ainda, reuniões de status semanais do projeto para feedback e eventuais ajustes.

Dentre os temas contábeis da norma IFRS PME (NBC TG 1000(R1)), foram selecionadas para implementação, após estudos preliminares, as seguintes seções: Seção 10: Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro; Seção 11: Instrumentos Financeiros Básicos; Seção 12: Outros Tópicos sobre Instrumentos Financeiros; Seção 13: Estoques; Seção 17: Ativo Imobilizado; Seção 18: Ativo Intangível, Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill); Seção 19: Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill); Seção 20: Operações de Arrendamento Mercantil; Seção 21: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Seção 22: Passivo e Patrimônio Líquido; Seção 23: Receitas; Seção 27: Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Seção 28: Benefícios a Empregados; Seção 29: Tributos sobre o Lucro; Seção 30: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Seção 32: Evento Subsequente; e Seção 33: Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Dentre as preocupações do comitê executivo do projeto (CEO e 2 gestores diretos), estavam as necessidades advindas desta implementação e suas conseqüências na estrutura existente e em sua operação, impactando em recursos e processos, tais como: necessidade adicional de estrutura tecnológica; ampliação da estrutura de pessoal; necessidade de qualificar a base de dados existente (informações contábeis e gerenciais); além da necessidade de treinamento para colaboradores, gestores e CEO.

Foi necessária a integração e engajamento de toda a equipe da empresa de Rodas Automotivas, tendo como seu principal articulador o CEO. A implementação do IFRS PME atingiu plenamente seus objetivos.

A partir do quarto mês de trabalho, iniciaram-se os treinamentos técnicos com os empregados envolvendo-os e familiarizando-os quanto às normas e práticas a serem padronizadas, o que gerou interesse e engajamento junto aos empregados. A atenção e a oportunidade de participação ativa, com discussão e sugestões por parte da equipe, foi percebida como um dos pontos mais importantes do projeto.

Após o oitavo mês de trabalho e de acompanhamento, conseguiu-se perceber uma grande mudança na qualidade das informações contábeis geradas, não somente para atender aos requerimentos normativos, mas também com reflexos positivos nos relatórios gerenciais, que acabaram por gerar maior confiabilidade e transparência, atendendo às expectativas dos gestores. Essa percepção sobre a qualidade da informação que passou a ser oferecida, lhes criava oportunidades para a melhoria da gestão, por entenderem melhor suas áreas de

responsabilidade, dando estímulo à continuidade ao projeto, com novas perspectivas de aprimoramento de controles e no detalhamento dos sistemas de informações gerenciais.

Foi possível, ao longo do projeto, reformular-se as bases de dados, suprir a organização com novos tipos de informações, além de atuar no controle e gestão das informações, estabelecendo diferentes visões que influenciaram na compreensão sobre o resultado e o desempenho. Salienta-se, entretanto, que a participação e o envolvimento do CEO e das principais lideranças, foi crucial para uma implantação de sucesso dessas normas contábeis na empresa.

Adicionalmente, pode-se afirmar que esse projeto contribuiu com o estreitamento do relacionamento entre a equipe de consultores (contadores) e a equipe de profissionais da empresa, criando-se uma percepção positiva para o CEO dos benefícios de sua participação, mais próxima das equipes de sua empresa, levando-o a modificar sua percepção a respeito do papel da contabilidade, passando a considerá-la como um elemento de informação para a gestão.

Relato de Caso de Empresa do Ramo de Metalurgia

A empresa sob avaliação foi constituída em 29/03/2006, e opera com “revenda de máquinas e peças para o segmento de máquinas para metalurgia”. Localizada no município de Camanducaia (MG), contava com receita anual em torno de R\$ 90 milhões em 2017, cerca de 40 empregados mais 4 gestores diretos e o CEO (proprietário-administrador), sendo sua contabilidade terceirizada. O processo de implantação do IFRS PME foi iniciado em fevereiro de 2017 e encerrado em maio de 2017, com implantação não concluída.

A implementação do IFRS PME foi originada quando o CEO da empresa recebeu, de seu maior fornecedor, a solicitação do envio de seu balanço societário em consonância com as normas internacionais de contabilidade IFRS, por força de atendimento às suas (do fornecedor) normas ISO – *International Organization for Standardization*. Desta demanda, teria surgido a necessidade “comercial” de implementação das normas IFRS PME na empresa do ramo de metalurgia.

A implementação iniciou-se com uma reunião onde foram tratadas, com o CEO, as informações preliminares sobre a natureza do IFRS PME as quais foram, em seguida, estendidas a quatro gestores diretos. Tratou-se de sua necessidade, transição, e mudança de paradigma contábil, com novos parâmetros na forma de gestão e seus reflexos, bem como a importância de retratar a situação contábil-financeira-patrimonial da empresa com maior credibilidade e transparência.

Nesta empresa ocorreu, logo de início, uma grande resistência por parte de alguns dos diretores o que, posteriormente, acabou por influenciar negativamente o CEO, dificultando ainda mais o desenvolvimento dessa implementação. Mesmo assim, reuniões semanais de status do projeto foram realizadas com o intuito de subsidiar a orientação sobre as práticas contábeis do IFRS PME aplicáveis à empresa, suas inovações e seus reflexos.

Após estudos preliminares, algumas das seções da norma IFRS PME, NBC TG 1000 (R1), foram selecionadas para implementação imediata: Seção 13: Estoques; Seção 17: Ativo Imobilizado; Seção 18: Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill); Seção 19: Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill); Seção 29: Tributos sobre o Lucro; Seção 30: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; e Seção 32: Eventos Subsequentes.

Abordados e detalhados esses temas junto ao CEO e os 4 gestores diretos, questionamentos sobre as necessidades de mudanças na estrutura e no controle operacional foram trazidos para discussão, por esses executivos, especialmente sobre: necessidade adicional

de estrutura tecnológica; necessidade de ampliar a estrutura de pessoal; necessidade de qualificar a base nos dados existente (informações contábeis e gerenciais); necessidade de treinamento para equipe, gerentes, e aos próprios diretores e CEO.

Desde o início do projeto, houve dificuldades na aceitação e engajamento da liderança da empresa e dos demais subordinados. Tornou-se perceptível a existência de conflitos de interesses particulares dos gestores advindos de suas percepções sobre a implementação do IFRS PME. Outro fator observado foi que o CEO não assumiu uma postura de comprometimento contínuo com o projeto, uma vez que estava muito ligado a outras responsabilidades relacionadas ao negócio, o que teria acarretado falta de liderança no processo de implementação. Logo, os demais participantes e equipe tornaram-se “espelho” do desinteresse do CEO pelo projeto, num efeito “tom no topo”, e pouco se progrediu, exceto pelas ações desenvolvidas por uns poucos colaboradores que percebiam a importância profissional desta implementação.

Passados quatro meses de projeto, restou somente a frustração pelo insucesso na implementação da adoção das normas IFRS MPE na empresa do ramo metalúrgico, sendo que a principal causa foi atribuída à falta de liderança interna.

Nos três primeiros meses tentou-se realizar treinamentos e reformular as bases de dados e implementar novas culturas operacionais, no entanto, não foram aprovadas novas contratações de colaboradores, necessárias à implantação de melhoria de controles e implementação de novas bases de dados, até então não existentes e agora necessárias.

No quarto mês de trabalho continuava a resistência interna ao trabalho impedindo, assim, as mudanças nas informações contábeis, não somente para atender aos requerimentos normativos, mas também para melhoria nos relatórios gerenciais, e que pudessem gerar maior confiabilidade e transparência às informações, essenciais à gestão dos negócios.

Por consequência, em reunião realizada ao final do quarto mês, de comum acordo, o projeto foi descontinuado, dada a não participação e envolvimento do CEO e seus gestores na liderança do projeto.

Durante o transcorrer do projeto, pode-se observar grande dispersão e falta de interesse dos profissionais em adotar as normas internacionais de contabilidade e seus reflexos nas demonstrações contábeis. O sucesso dessa implementação estaria diretamente ligado a intervenções em todos os departamentos, por meio de levantamentos e detalhamentos de informações que pareciam não ser de interesse daqueles gestores.

A visão distorcida e restritiva desses gestores (não-proprietários) sobre o projeto, acabou por minar a visão do CEO, que não teria percebido adequadamente a necessidade e os benefícios que poderiam ser alcançados. As alegações dos gestores baseavam-se na dificuldade de assumir as novas tarefas advindas do processo de implementação do IFRS PME, em razão das demandas internas na atualização das bases de dados, esforços de análise, novas práticas e processos internos para cada um dos departamentos, em especial para o administrativo-financeiro, que se envolveria com grande parte dessas informações.

Nesse curto período de 4 meses de trabalho, gerou-se um grande estresse entre a equipe de consultores e a equipe de profissionais da empresa, trazendo resultados negativos, fortalecendo assim a pressão que os gestores exerciam junto ao CEO, minando a evolução da implementação das normas IFRS PME na empresa.

Apesar do interesse inicial do CEO para a implantação do IFRS PME, ele pouco teria percebido seu conteúdo e benefícios potenciais do projeto, acentuando-se a distância e falta de liderança ao longo dos trabalhos. A delegação das decisões aos demais diretores acabou por contribuir ainda mais com o afastamento do CEO, em prejuízo do andamento e sucesso do projeto.

Esse foi um caso de insucesso na implementação das normas IFRS PME sobre as demonstrações contábeis, talvez pelo fato de que a demanda foi originada externamente à

organização e, dessa forma, não tenha sido fruto de um processo racional de análise e compreensão do contexto da organização. A alta gerência (não-proprietários), por sua vez, não se engajou no projeto, talvez por uma percepção equivocada de que essa implementação seria uma interferência no *status quo*, com imposição de controles sobre suas áreas de atuação, portanto, indesejada. O descomprometimento da alta gerência, aliado à falta de liderança do CEO (proprietário-administrador), acabou por sepultar o projeto, por falta de “paternidade”.

Integração das evidências obtidas no *Survey* e nas Observações Participativas

Com base nas evidências obtidas por meio do *survey* e nas observações participativas pode-se concluir que a maior proximidade entre gestores e profissionais da Contabilidade possibilitam interpretações mais acuradas do resultado e medidas de correção de rumos e de planejamento empresarial, conforme proposição P1. Esse fato foi percebido na condição afirmativa do contexto, evidenciado pelo sucesso e a aproximação entre CEO da empresa de rodas automotivas e Contador, quanto pelo fracasso e o afastamento entre CEO da empresa do ramo de metalurgia.

P1: a apresentação das demonstrações contábeis no padrão IFRS PME, mediada pela proximidade do profissional da contabilidade com o negócio e com gestor-proprietário, possibilitam interpretações mais acuradas do resultado e medidas de correção de rumos e de planejamento empresarial.

Foram também confirmados os pressupostos da proposição P2 mediante as respostas aos questionários da pesquisa (*survey*) apresentadas pelos contadores de PME que atenderam aos treinamentos de IFRS PME, especificamente à pergunta que abordou “3 - Quanto ao tema, há possibilidade de aplicação no seu trabalho?”, onde 105 respondentes (99% dos participantes), teriam sinalizado positivamente à sua aplicabilidade. Observa-se ainda que na empresa de rodas automotivas houve grande engajamento dos colaboradores em torno do processo de aprendizado, o que não ocorreu na empresa do ramo de metalurgia.

P2: a qualificação técnica e domínio das normas do IFRS PME, pelos profissionais da contabilidade, passam pela educação profissional continuada e medeiam o processo de preparação de demonstrações contábeis qualificadas.

Foram também confirmados os elementos da proposição 3, em vez que a empresa de rodas automotivas pode colher maiores benefícios em seu processo de gestão como consequência das mudanças ocorridas no contexto da empresa, a partir da implantação do IFRS PME. A percepção sobre a viabilidade na utilização dos IFRS PME também foi percebida pelos contadores conforme evidenciando no *survey*.

P3: a adoção das normas do IFRS PME qualifica as informações contábeis, gerando benefícios e utilidade das demonstrações contábeis para o processo de gestão e tomada de decisão pelos micros, pequenos e médios empresários brasileiros.

Síntese dos achados da pesquisa

Como resultado dos achados da pesquisa, apresenta-se uma síntese das evidências encontradas à luz das questões de pesquisa Q1 e Q2 e das proposições P1, P2 e P3 decorrentes da revisão da literatura e do modelo teórico desenvolvido.

Na Tabela 5, são demonstradas as percepções dos gestores do relato de caso R1 e seu alinhamento com as questões de pesquisa Q1 e Q2.

Tabela 5: Percepção pelos gestores sobre a materialização dos benefícios na adoção do IFRS PME

Questão de pesquisa	Percepções dos gestores PME - caso Rodas Automotivas
---------------------	--

<p>Q1: Quais são as percepções associadas aos benefícios sobre o processo de gestão, por parte dos gestores de PME e dos profissionais da contabilidade, decorrentes da adoção das normas IFRS PME no Brasil?</p>	<p>maior compreensão e credibilidade do CEO e seus gestores sobre a informação contábil e gerencial decorrente do IFRS PME;</p>
	<p>maior confiança na utilização de informações contábeis para a gestão da empresa e tomada de decisão;</p>
	<p>reestruturação e aperfeiçoamento nos processos operacionais internos e de geração de informações contábeis;</p>
	<p>visão dos processos entre os departamentos existentes na empresa e suas interações;</p>
	<p>decisões gerenciais mais assertivas e tempestivas, fundamentadas em informações qualificadas;</p>
	<p>melhor capacidade de planejamento estratégico/tático/operacional;</p>
	<p>maior transparência no processo de governança junto aos <i>stakeholders</i>.</p>
	<p>Maior proximidade e interação entre o gestor e o contador</p>
<p>Q2: Como a materialização desses benefícios são percebidos no dia a dia dos gestores e dos profissionais da contabilidade, que atuam em PME ?</p>	<p>aprimoramento e detalhamento do conteúdo dos relatórios contábeis e gerenciais (<i>reporting packages</i>);</p>
	<p>melhor relação custo x benefício dos serviços contábeis;</p>
	<p>integração e harmonização entre CEO x gestores x equipe, com metas objetivas e alcançáveis, e informações precisas e claras, tornando o ambiente de trabalho mais profissional e homogêneo;</p>
	<p>Criação do hábito do treinamento contínuo do CEO, gestores e equipe, não só quanto as inovações do IFRS PME, quanto a outros temas empresariais</p>

No relato da empresa do segmento de metalurgia, nenhuma percepção foi relatada pelo gestor, tendo em vista a interrupção do projeto de implementação das normas IFRS PME antes da finalização do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de abordar a relevância da implementação das normas IFRS PME no Brasil (ora alinhadas às normas internacionais do *IFRS for SMEs*, editadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* em 2015), para o aprimoramento do processo de gestão das PME, considerando suas características e particularidades, bem como os passos essenciais ao entendimento e engajamento das partes envolvidas, proprietários-administradores e profissionais da contabilidade, neste processo. As questões de pesquisa colocadas foram: Q1: Quais são as percepções associadas aos benefícios sobre o processo de gestão, por parte dos gestores de PME e dos profissionais da contabilidade, decorrentes da adoção das normas IFRS PME no Brasil? e Q2: Como a materialização desses benefícios são percebidos no dia a dia dos gestores e dos profissionais da contabilidade, que atuam em PME?

Os dados e informações coletados nesta pesquisa possibilitam afirmar que, com base nas respostas obtidas no *survey* e nos dois processos de implantação do IFRS PME estudados, há uma percepção positiva dos gestores e profissionais da contabilidade sobre os benefícios da implementação e utilização das demonstrações contábeis elaboradas no padrão IFRS PME. Tal percepção pode ser compreendida em função de que a adoção do IFRS PME atua como um fator de qualificação das informações para o processo decisório e de gestão dessas empresas, por aqueles gestores e contadores que conseguem evoluir na busca por melhorias nos processos internos de sua elaboração.

Entretanto, em outra medida, pode-se observar que, quando os gestores das PME não ampliam suas capacidades em compreender os propósitos e alcances advindos da implementação do IFRS PME, quer por sua falta de tempo ou pela não compreensão de sua utilidade, quer por resistência a mudanças e/ou investimentos em processos, sistemas e estrutura, ou seja, a relação custo x benefício desse processo, a implementação não ocorre, impedindo assim a obtenção dos benefícios esperados.

Na construção desse entendimento foi desenvolvido um modelo teórico de pesquisa, e foram estabelecidas três proposições, as quais foram confirmadas, a saber:

P1: a adoção das normas do IFRS PME qualificam as informações contábeis, gerando benefícios e utilidade das demonstrações contábeis para o processo de gestão e tomada de decisão pelos micro, pequenos e médios empresários brasileiros; P2: a qualificação técnica e domínio das normas do IFRS PME, pelos profissionais da contabilidade, passam pela educação profissional continuada e medeiam o processo de preparação de demonstrações contábeis qualificadas; e P3: a apresentação das demonstrações contábeis no padrão IFRS PME, mediada pela proximidade do profissional da contabilidade com o negócio e com gestor-proprietário, possibilitam interpretações mais acuradas do resultado e medidas de correção de rumos e planejamento empresarial.

Como limitações desta pesquisa citam-se a escolha por conveniência dos participantes do *survey* e as organizações objeto da observação participativa, e a consequente impossibilidade de generalizar os achados desta pesquisa.

Recomenda-se que estudos adicionais sejam desenvolvidos, valendo-se do mesmo modelo de pesquisa, entretanto com uma base de maior abrangência e representatividade do contingente de profissionais da contabilidade atuantes no país, assim como da realidade de gestão das PME-Pequenas e Médias Empresas em regiões menos desenvolvidas.

Agradecimento ao CRCSP

Agradecemos ao CRCSP – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, na pessoa de sua gerente de desenvolvimento profissional, Sra. Simone Sill de Andrade, à inestimável contribuição dada a esta pesquisa, mediante a disponibilização de informações estatísticas sobre a avaliação, pelos profissionais da contabilidade participantes do programa de educação profissional continuada (PEPC), relativas às Normas IFRS PME, ministradas no âmbito do Conselho em 2019.

REFERÊNCIAS

- Azudin, A., & Mansor, N. (2016). Management Accounting Practices of SMEs. The impact of organizational DNA, business potential and operational technology. *Asia Pacific Management Review* 23 (2018) 222-226
- Caríssimo, C. R., & Pinheiro, L. E. T. (2012, March). IFRS para pequenas e médias empresas: um estudo através dos escritórios contábeis de Minas Gerais. *Revista Mineira de Contabilidade*, ISSN 1806 5988 CRCMG BH Ano 13 No. 48 p. 6-15 out/nov/dez 2012
- Cavalheiro, R. T., Huppes, C. M., & Kremer, A. M. (2017). Aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas na perspectiva dos prestadores de serviços contábeis.
- CFC (2019) - <http://www.crcsp.org.br/transparencia/>
- CFC 1.330/11 – ITG 2000 – Resolução Escrituração Contábil In: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1330.doc

- CFC 1.418/12 – Resolução ITG 1000 (IFRS ME e EPP) In: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1418.doc
- Decreto Lei 9.295/1946 alterado pela Lei 12.249/2010 In: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei1249.pdf>
- Gelbcke, Santos, Iudícibus e Martins (2018). Manual de Contabilidade Societária, FIECAFI 3ª. edição São Paulo, Atlas 2018
- IFRS PME: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-for-smes/>
- Krol, F. (2007). Value based management in small and medium enterprises: Analysis of internal and external impulses and possibilities of implementation (No. 9-1). <http://hdl.handle.net/10419/58325>
- Lucena, W. G. L., Fernandes, M. S. A., & Silva, J. D. G. (2011). A contabilidade comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: Uma amostra com operadores da contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 7(3), 41-58
- Moreira, Encarnação, Bispo, Colauto & Angoti, (2013). A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 119-140, abr. 2013.
- NBC CTA CFC 1.000/13 – CTG 1000 (Adoção Plena IFRS PME). In: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-cta-cfc-1000-2013.htm>
- NBC PG 12(R3)/17 – Norma de Educação Profissional Continuada. In: <https://www.crepr.org.br/new/content/download/NBCPG12-R3.pdf>
- NBC TG 1000(R1)/16 – 1ª. Revisão CPC PME (IFRS PME). In: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000\(R1\)&arquivo=NBCTG1000\(R1\).doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000(R1)&arquivo=NBCTG1000(R1).doc)
- OTG 1000/15 – Modelo Contábil ME/EPP (IFRS ME/EPP). In: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/OTG1000
- Pacheco, L.O., & Marques, J. A. V. D. C. (2012). Aspectos relacionados à aplicação das normas do IFRS e à governança corporativa em pequenas e médias empresas. VII EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – Florianópolis Março-2012
- SEBRAE (2019): <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>